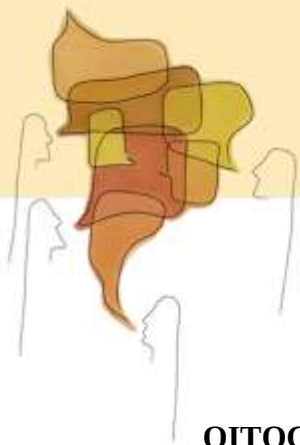




O AGRESTE DE PERNAMBUCO E O MUNDO DO TRABALHO NOS OITOCENTOS: ESCRAVIDÃO, LIBERDADE E OFÍCIOS NO RECENSEAMENTO DE 1872

Laura Carolina de Araujo Cordeiro¹

RESUMO

Este trabalho utilizou o Recenseamento Geral do Império de 1872 para analisar a população dos municípios pernambucanos de Bezerros, Caruaru e Brejo, na região do Agreste, então divididos em nove paróquias. Em nossa análise, examinamos aspectos como estatuto civil (livre ou escravo), distribuição espacial da população cativa, equilíbrio entre os sexos e ocupações registradas. O estudo tem o propósito de traçar o perfil socioeconômico da região, com ênfase no mundo do trabalho e nas transformações pelas quais passou o regime escravocrata entre a promulgação das Leis do Ventre Livre (1871) e Eusébio de Queiroz (1850) e a abolição da escravidão (1888). Destacamos que o recorte geográfico realizado busca contribuir para o preenchimento de uma lacuna historiográfica nos estudos sobre o Nordeste brasileiro. Nesse sentido, também pretendemos investigar em que medida o Agreste, tradicionalmente compreendido como espaço de transição no âmbito físico-geográfico, assumiria essa característica de liminaridade no que tange às suas dinâmicas econômicas. Aferimos que em nossa amostra do Agreste existiam menos escravos (9% da população) do que no Império como um todo (com 15% de escravos) e em Recife (11% de escravos). Sugere-se que os impactos demográficos decorrentes da Lei Eusébio de Queiroz, somados à dinâmica do tráfico interprovincial, tenham sido particularmente intensos na região. Essa hipótese é corroborada pelo acentuado desequilíbrio de gênero observado em faixas etárias economicamente ativas, onde se registra uma predominância da população feminina. Os dados analisados sugerem uma correlação entre a dinâmica ocupacional e a escravidão nas paróquias estudadas: aquelas com maior proporção de indivíduos com profissão declarada apresentavam concentrações mais elevadas de escravos, enquanto as localidades com maior incidência de pessoas “sem profissão” registravam menor presença cativa. Esse padrão sugere que algum tipo de vitalidade econômica pode ter interagido com variáveis sociais, econômicas e políticas nas dinâmicas de persistência ou declínio do trabalho escravo. A respeito das profissões, a estrutura ocupacional era marcadamente rural, com predominância de atividades agrícolas e ofícios vinculados ao que denominamos cadeia do couro e algodão – entendida aqui como o conjunto de atividades que integravam desde a criação de gado até a produção de artefatos de couro e tecidos.

Palavras-chave: Pernambuco; Demografia histórica; Agreste; Escravismo sertanejo; Trabalho.

INTRODUÇÃO

Quem procurar por uma região denominada Agreste nos trabalhos clássicos de História do Brasil e mesmo de História Regional não encontrará muitas referências. Não que faltem trabalhos sobre os estados que compõem o Nordeste brasileiro, e particularmente sobre

¹ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP. E-mail: laura.araujocordeiro@usp.br ORCID: 0009-0005-5722-152X.



III Semana da Demografia

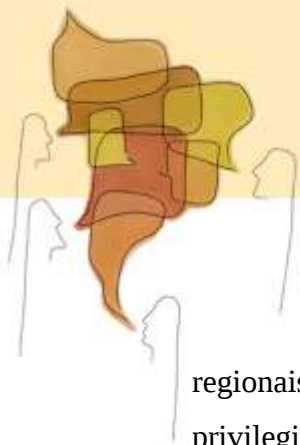
Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

Pernambuco. Desde “*Pernambuco – seu desenvolvimento histórico*” de Manuel de Oliveira Lima (1895), passando pela vasta produção de Gilberto Freyre (entre as décadas de 1930 e 1980) até as contribuições fundamentais de Evaldo Cabral de Mello (a partir dos anos 1970), construiu-se uma robusta tradição historiográfica sobre o passado pernambucano. A ênfase dessa produção, no entanto, recai sobre o universo da cana-de-açúcar e grandes eventos políticos desenrolados em Recife, como a ocupação holandesa (1641-1669), a Guerra dos Mascates (1666-1715) e a Revolução de 1817. Como consequência dessa abordagem temática, o interior do estado foi relegado a um plano secundário na historiografia tradicional.

Embora “*O outro Nordeste*”, de Djacir Menezes, já apresentasse a “civilização do couro” como contraponto à “civilização do açúcar” em 1937, foi somente entre nas décadas de 1990 e 2000 que se assistiu à renovação historiográfica à qual nos reportamos nesta pesquisa. Tratam-se de trabalhos que redirecionaram o olhar da História para temas até então marginalizados, como as dinâmicas do escravismo sertanejo e a pecuária no Nordeste. Até mesmo os estudos sobre o complexo canavieiro passaram por renovação, impulsionada pelos estudos de demografia histórica, vertente na qual se destaca o trabalho de Heitor Pinto de Moura Filho (2005). Destacam-se também os trabalhos de Flávio Versiani e José Vergolino (2003) sobre a escravidão no Agreste de Pernambuco; “*Campesinato e Escravidão no Brasil*” (2004), de Guillermo Palácios, a respeito dos agricultores livres e pobres na lavoura de algodão pernambucana; a pesquisa de Kalina Vanderlei da Silva (2010), que trata da ocupação do sertão colonial; e o estudo de Joana Medrado (2012) sobre a cultura política dos vaqueiros de Jeremoabo, na Bahia, nos anos finais do Império e início da República. Embora não se refiram especificamente à região do Agreste (ou nem sempre passem pelo seu território), todas são contribuições fundamentais para compreender os processos políticos e sociais de formação da região, que até meados do século XIX integrava o que era conhecido como sertão. Nesse sentido, não podemos deixar de destacar quão valioso foi, por seu detalhamento espacial e técnico, o geógrafo Manuel Correia de Andrade e sua obra “*A pecuária no agreste pernambucano*” – originalmente apresentada como tese de livre-docência na Universidade do Recife, em 1961.

Amparados nestes trabalhos, damos mais um passo para a investigação do interior de Pernambuco. Desta vez, na segunda metade do século XIX, com interesse especial pelo mundo do trabalho e do escravismo. Diante da relativa escassez de registros demográficos



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

regionais para Pernambuco, o Recenseamento Geral do Império emergiu como fonte privilegiada. Por permitir a análise ao nível de paróquias, pudemos realizar uma análise minuciosa, em “microrregiões”, capaz de captar particularidades e sutilezas da população dentro de um mesmo município. Se no início do trabalho a intenção era simplesmente compreender o Agreste como um bloco, com o tempo e o trabalho com a fonte descobriu-se, na verdade, um universo diverso e heterogêneo – ecoando, quem sabe, a alteridade entre mata e sertão, da qual o Agreste é mediador no espaço.

MÉTODOS

O Recenseamento Geral do Império, de 1872, foi o primeiro levantamento demográfico de abrangência nacional realizado no Brasil, sob o Gabinete Rio Branco. Inspirado pelo ideário positivista em voga na Europa, o intento de contabilizar a população imperial vinha da década de 1850. Uma série de revoltas no interior das províncias do Norte frustrou o plano², e o primeiro Censo brasileiro seria realizado duas décadas mais tarde. O objetivo, no entanto, permanecia o mesmo: conhecer para, ao mesmo tempo, consolidar o poder central e aumentar sua força e influência no interior do Império (Bissigo, 2014).

Nesta pesquisa, foi utilizada uma versão retificada do Recenseamento, produzida pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG). Ao todo, a amostra foi composta por 15 paróquias: nove no Agreste pernambucano (compondo, à época, os municípios de Bezerros, Caruaru e Brejo da Madre de Deus) e seis em Recife. As paróquias da capital da Província escolhidas para compor a amostra foram São Pedro Gonçalves (1), Santíssimo Sacramento de Santo Antônio (2), São José do Recife (3), Santíssimo Sacramento da Boa Vista (4), Nossa Senhora da Graça do Capunga (5) e Nossa Senhora da Paz dos Afogados (6). Optamos por elas em face de dois motivos: localização nas áreas antigas e mais densamente povoadas da cidade, ou proximidade em relação à região central.

O Agreste pernambucano é dividido em três regiões: Central, Meridional e Setentrional. Nossa amostra é composta por três municípios do Agreste Central: Bezerros, Caruaru e Brejo, que distam entre 87 e 213 quilômetros de Recife. O primeiro de nossos municípios – indo de leste a oeste, isto é, da mata ao sertão – é Bezerros, composto pelas

² Levante conhecido como Guerra dos Marimbondos. Ver Olivares (2006).

III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

paróquias de São José de Bezerros (1) e Santana do Gravatá (2). Em seguida, vem a cidade de Caruaru, formada pelas paróquias de Nossa Senhora das Dores de Caruaru (3), São Caetano da Raposa (4), Nossa Senhora do Ó de Altinho (5), Panelas (6) e Quipapá (7). O último município, Brejo, contava com as paróquias de Brejo da Madre de Deus (8) e Santa Águeda de Pesqueira (9). Atualmente, todas elas são municípios independentes.

MAPA 1 – Distribuição espacial das paróquias

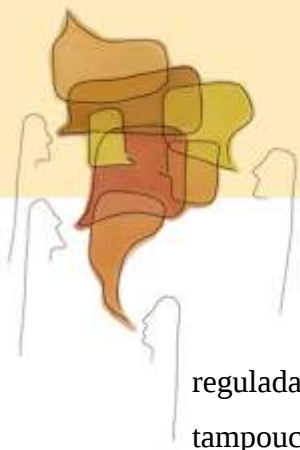
Paróquias do agreste - Censo de 1872



Fonte: Elaboração própria (2024).

Dentre os dados coletados pelos recenseadores, utilizamos o estatuto de cidadania (livres ou escravizados), sexo, idade e estado civil e profissões. Informações sobre “grau de instrução”, religião, “defeitos físicos” e origem (por país ou por província) foram descartadas nesta análise.

O Censo é uma fonte numérica, e por isso grande parte do trabalho consistiu em quantificar e comparar os dados de interesse para o estudo, extraindo as porcentagens e indicadores relevantes. Porém, ao trabalhar com as informações sobre ocupação profissional, optamos por uma abordagem que também considerasse aspectos qualitativos. Nessa análise, deixamos de lado a contagem de alguns profissionais, como padres, profissionais liberais (a exemplo dos médicos), professores e operadores do Direito (advogados, juízes e promotores) em cada paróquia. Essa escolha se deve ao fato de que essas profissões, mais burocráticas e



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

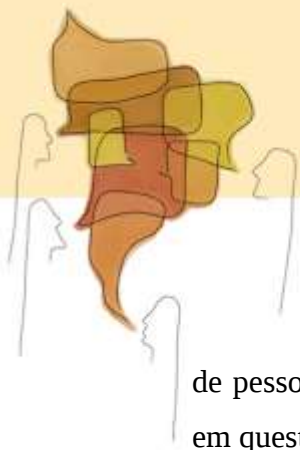
reguladas pelo Estado e pela Igreja, não refletiam as dinâmicas próprias da população local, tampouco sua relação com a terra, os recursos e as habilidades disponíveis.

Em contrapartida, demos atenção especial aos comerciantes, artífices e ao conjunto de profissões no que chamamos de “cadeia do couro e algodão”: costureiras, “trabalhadores manuais em vestuário”, “em tecidos”, “em couros e peles” e “em calçados”³, além dos criadores de animais. Essa ênfase se justifica porque, na segunda metade do século XIX, o cultivo do algodão foi a verdadeira força motriz da economia do interior pernambucano (Santos, 2019). Junto com a pecuária, atividade tradicional na região desde o período colonial, essa cadeia representava uma parcela significativa (embora não majoritária) da população com profissão registrada.

Por fim, é importante recordar que os formulários de recenseamento foram preenchidos com uma margem razoável de subjetividade. Ainda que as profissões possíveis de escolha tenham sido definidas de antemão pela Diretoria Geral de Estatística do Império, cabia aos respondentes dizer se alguém era um lavrador ou criador, caso se dedicasse às duas atividades. Do mesmo modo, tratando-se de um ambiente rural, não podemos afirmar o que fazia uma mulher livre ser listada como trabalhadora do serviço doméstico, e não lavradora, e como esses juízos variavam de pessoa para pessoa.

Em função dessa margem, lançamos um olhar particular para o grupo classificado como “sem profissão”. A hipótese inicial era a de que os “sem profissão” fossem predominantemente crianças abaixo de 10 anos, deficientes e idosos – sobretudo entre os escravizados, para quem o ócio não era uma opção. No entanto, não foi encontrada uma correspondência numérica entre os “sem profissão” e os inaptos ao trabalho. Ponderamos, portanto, que parte dos “sem profissão” fossem, na realidade, indivíduos que não exerciam um ofício especializado, ou que não se encaixavam nas categorias definidas, fosse porque trabalhavam de forma intermitente, fosse porque exerciam vários tipos de serviço. Essa hipótese ganha força ao se verificar que mesmo entre os escravizados havia contingentes significativos de “sem profissão”. Subtraindo-se os “sem profissão” da população geral, calculamos a porcentagem de indivíduos com ocupação declarada, considerando esse indicador como possível reflexo do dinamismo econômico local. Quanto maior a proporção

³ Termos utilizados na fonte.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

de pessoas com profissão registrada, mais vigorosa presumimos ser a economia da paróquia em questão.

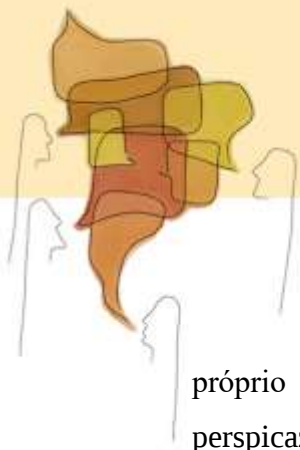
RESULTADO E DISCUSSÃO

Embora a principal fonte deste trabalho seja o Recenseamento de 1872, foi lançada mão de pesquisas em jornais de Pernambuco das décadas de 1850 a 1870 para compreender se, à época do levantamento, havia já uma compreensão do Agreste enquanto lugar distinto tanto da mata quanto do semiárido. Manuel Correia de Andrade explica que o Agreste é delimitado pelo Planalto da Borborema, e que tanto seu relevo quanto seus índices pluviométricos e regime de águas variam de forma significativa ao longo do espaço e das estações do ano:

Região de transição entre a mata e o sertão, possui o Agreste as paisagens mais diversas: umas tão úmidas quanto a Mata, pois possuem água durante todo o ano, ora são ilhadas, ora são verdadeiros prolongamento desta; outras tão secas quanto o Sertão – a caatinga; e outras ainda tipicamente de transição – o Agreste propriamente dito ou “encosto de brejo” (Andrade, 1961, p. 35).

No entanto, a compreensão de que um espaço físico de transição poderia significar uma distinção qualitativa, política e social surgiu tardiamente. Nos primeiros séculos de colonização, as capitanias açucareiras pensavam o espaço a partir da dicotomia mata e sertão: a primeira era território da civilização, e a segunda, região de barbárie. Kalina Vanderlei Silva (2010) analisa o processo de conquista do sertão pernambucano entre os séculos XVII e XVIII, destacando o papel das milícias originárias da zona açucareira. A autora identifica como um dos motores desse movimento a necessidade de escoamento dos excedentes populacionais das vilas litorâneas, particularmente Recife e Olinda. Sob a égide de proprietários abastados e sesmeiros do interior, deslocaram-se para o sertão contingentes populacionais heterogêneos: desempregados, ex-escravizados, mestiços e brancos pobres vindos do Reino. Desse processo teria emergido, segundo a autora, a sociedade e a cultura sertanejas, nova formação social cuja base econômica repousava na pecuária.

O papel do pastoreio como “fator fundamental de penetração e ocupação do interior brasileiro” (Furtado, 2006, p. 96) é bem trabalhado pela historiografia do Brasil colonial: a esse tema foram dedicadas páginas importantes em “Capítulos de História Colonial”, de Capistrano de Abreu, e “Formação do Brasil Contemporâneo”, de Caio Prado Jr., além do



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

próprio Celso Furtado em “Formação Econômica do Brasil”, observador especialmente perspicaz da construção do que ele batizou de “complexo econômico nordestino”. Ainda que relativamente mais próximo ao litoral do que o semiárido, o Agreste desenvolveu-se precisamente nesta dinâmica. No entanto, em função da variabilidade de solo e vegetação, nem todos os terrenos se prestavam à pecuária com a mesma eficiência – sendo este um fator que, de antemão, já ajuda a explicar a heterogeneidade produtiva. De modo geral, o sertão pernambucano era ocupado pelo gado, especialmente os terrenos mais planos e áridos. Sendo assim, podemos inferir que em seus primeiros séculos o Agreste era definido simplesmente como sertão – que mais do que um bioma era uma categoria socioespacial, associada à ausência de leis, à liberdade e ao espírito de aventura (Silva, 2010).

Segundo Heitor Pinto de Moura Filho (2005), o Recenseamento Geral do Império e a conceituação do Agreste como área distinta na geografia das províncias do Norte são contemporâneos. O Agreste surge como região da geografia política na segunda metade do século XIX, como resultado da diversificação econômica do interior do Nordeste, estimulada em grande parte pelo *boom* do algodão. Graças a essa lavoura, a ocupação do Agreste é intensificada e qualificada, fomentando sua “emancipação simbólica” em relação ao sertão – sua regionalização.

Buscamos registros do “nascimento” do Agreste pernambucano nos arquivos do jornal *Diário de Pernambuco* nas décadas imediatamente anteriores à realização do Recenseamento Geral do Império e nos próprios anos de 1870. Fundado em 1825 e editado no Recife, o *Diário de Pernambuco* era o órgão oficial do governo da Província, e em meados do século XIX publicava as atas das reuniões da Câmara Provincial pernambucana, de onde colhemos a primeira menção a uma região denominada “agreste” – um conceito ainda vago, cuja definição era objeto de disputa.

Na edição de 15 de abril de 1851, registra-se a sessão do dia anterior, na qual deputados discutiram a necessidade de construção de açudes nas regiões mais secas do interior da Província. Nas falas dos deputados, o Agreste também é denominado “sertão” e “centro” da Província. Surge um imbróglio: a região seria ou não seca, como se pensava de todo o sertão? Na opinião do deputado Francisco Xavier Paes Barreto, “o melhor meio de averiguação [acerca do clima] é recorrer às pessoas conhecedoras do lugar e que por ele tenham andado”, e em seguida pondera: “ora, o que dizem essas pessoas? Que Caruaru e



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

Limoeiro não são lugares mais secos do sertão”, afirmando mais adiante que “Tenho visto lugares de agreste [grifo nosso] com rios, que nunca secam, e o nobre deputado sabe muito bem que os agrestes sofrem menos com as secas”⁴.

Seguindo pelos arquivos do Diário de Pernambuco encontramos outras ocorrências do termo agreste utilizado como substantivo, topônimo de determinada localidade da província. Na edição de 18 de maio de 1855, o correspondente do jornal na comarca de Bonito envia à capital o seguinte registro: “Estou no Agreste! (assim chamam os versados na matéria aos terrenos, que não são catinga e nem mata), e na verdade tudo é agreste; agreste o trajar, agreste o falar, agreste enfim até as feições”⁵.

Em análise de cartas de correspondentes do mesmo *Diário de Pernambuco* entre 1850 e 1870, João Paulo Pedro dos Santos (2021) aponta que esses profissionais da imprensa estavam “na contracorrente do discurso que vai idealizar o mundo rural e seus habitantes como a verdadeira essência do povo nordestino”:

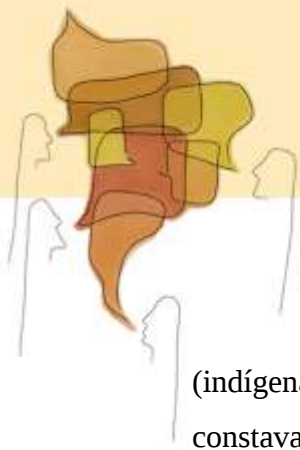
A figura do matuto é acionada e reforçada, mas esse indivíduo pode ser tanto um homem/mulher perverso quanto um humilde e bom trabalhador. O mundo rural, da mesma forma, pode ser representado tanto como um espaço esquecido da civilização, como um locus passível de ser tocado pelo progresso (Santos, 2021, p. 19).

Portanto, concluímos que, na segunda metade do século XIX, período de produção de nossa principal fonte, já existia o conceito de Agreste como região intermediária entre a mata e o sertão, um espaço liminar entre dois polos distintos. Contudo, os habitantes dessa região não possuíam uma identidade diferenciada daqueles do semiárido. No imaginário político da época, não havia uma distinção entre um “povo do Sertão” e um “povo do Agreste”: ambos representavam uma unidade coesa, mantendo a característica histórica de ser, em oposição ao litoral, o interior profundo.

E como se caracterizava, finalmente, a população desse lugar que então começava a ser descrito e particularizado? Nossa amostra populacional do Agreste pernambucano abrange 102.084 habitantes, com grande variação no tamanho das paróquias, sendo São Caetano da Raposa a menor (5.224 habitantes) e Quipapá a maior (15.895 habitantes). A composição racial da região era de 44% de brancos, 41% pardos, 12% de pretos e 3% de “caboclos”

⁴ Assembleia Provincial. **Diário de Pernambuco**, Recife, PE, Ano XXVII, n. 87, 15 abr. 1851.

⁵ Comarca do Bonito. **Diário de Pernambuco**, Recife, PE, Ano XXXI, n. 110, 12 maio 1855.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

(indígenas). Brancos e indígenas eram necessariamente livres; apenas pretos e pardos constavam como escravizados, com predominância do primeiro grupo.

Ao todo, 91% da população eram livres, e 9% escravizada. Uma proporção de escravos inferior à de Recife e do Brasil como um todo, onde os escravizados representavam 11% e 15% do contingente populacional, respectivamente. Mas essa distribuição não era homogênea ao longo do espaço: nas três regiões estudadas (mais próxima ao litoral, intermediária e mais afastada do litoral) as paróquias com maior e menor proporção de escravos estavam mescladas, com pelo menos uma paróquia com mais de 10% de escravos. A Tabela 1 apresenta a proporção de escravizados na região.

TABELA 1 – Tamanho das populações e porcentagem de escravos no Agreste

MUNICÍPIO	PARÓQUIA	POPULAÇÃO	PORCENTAGEM DE ESCRAVOS
Bezerros	Bezerros	11.054	11%
Bezerros	Gravatá	8.222	5%
Caruaru	Caruaru	11.076	7%
Caruaru	S. Caetano	5.244	14%
Caruaru	Altinho	13.032	5%
Caruaru	Panelas	8.401	6%
Caruaru	Quipapá	15.895	4%
Brejo	Brejo	15.842	12%
Brejo	Pesqueira	12.688	10%

Fonte: Recenseamento Geral do Império (1872). Elaboração própria (2024).

Os dados revelam a ausência de correlação direta entre o tamanho demográfico das localidades e a intensidade do trabalho escravo no Agreste. Paróquias de pequeno porte podiam ter tanto muitos escravos (caso de São Caetano da Raposa) como poucos (caso de Gravatá). Paróquias com população superior a 10 mil habitantes, por sua vez, poderiam ter entre 11% e 12% de escravos (caso de Bezerros e Brejo da Madre de Deus) quanto 7%, 5% ou 4% (Caruaru, Altinho e Quipapá). Diante dessa heterogeneidade, foi necessário recorrer a outras variáveis contidas no próprio Recenseamento para tentar compreender se havia uma lógica espacial da escravidão agrestina. Assim, a relação entre a concentração de escravizados



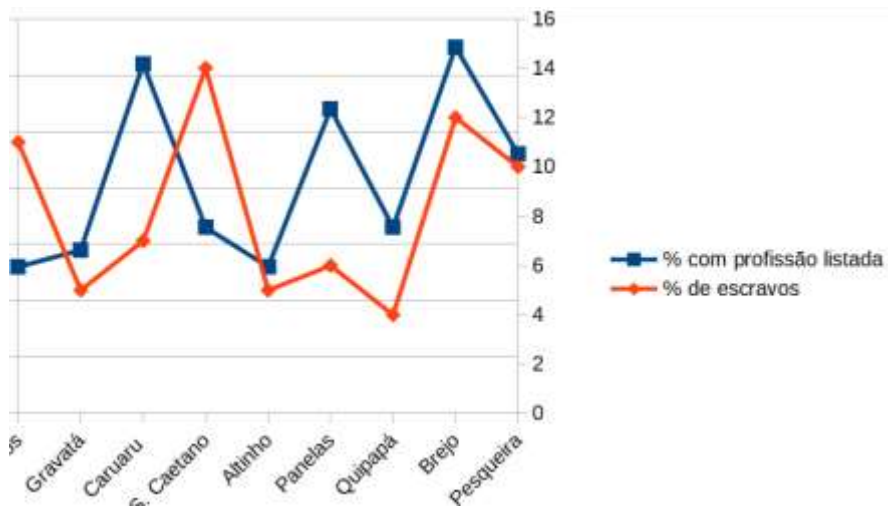
III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

e a porcentagem da população “especializada” (isto é, com profissão definida) também foi explorada, conforme mostra o Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Concentração de escravos e população com profissão listada

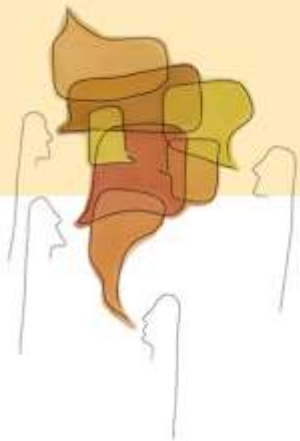


Fonte: Recenseamento Geral do Império (1872). Elaboração própria (2024).

O Gráfico 1 revela paróquias com maior formalização de profissões que tendiam aos maiores percentuais de escravos, caso especialmente de Brejo e Pesqueira (na primeira, 12% eram escravos e a quantidade de habitantes com ofício definido atingia 65%). Paróquias como Quipapá, Altinho e Gravatá, por sua vez, tinham uma baixa concentração de escravos (4%, 5% e 5%, respectivamente) e, também, uma baixa presença de indivíduos com ofício definido (33%, 26% e 29%, nesta ordem), o que pode apontar para economias que demandavam menos mão de obra.

Nos casos de Caruaru e Panelas, o grande contingente de pessoas com profissão definida (62% e 54%) é acompanhado por um baixo índice de escravização (7% e 6%, respectivamente), o que pode sugerir um dinamismo econômico de tipo diferente, com maior presença de trabalhadores livres especializados, talvez impulsionado pelo comércio ou por arranjos locais de pequena produção. A disparidade entre esses padrões sugere que a escravidão no Agreste não respondia a uma lógica única, mas se adaptava às particularidades de cada microeconomia regional.

A análise das profissões mais comuns ajuda a aprofundar a compreensão da região. Os números de habitantes em ofícios de interesse são apresentados na Tabela 2.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

TABELA 2 – Principais profissões no Agreste

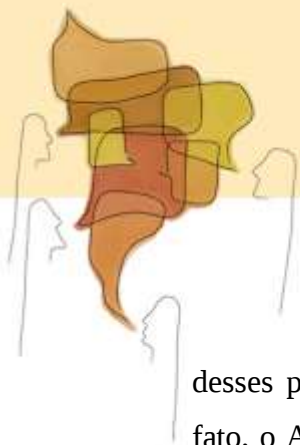
PROFISSÃO	BEZERROS	CARUARU	BREJO
Manufatureiros	7	4	66
Artistas	14	57	99
Comerciantes	60	434	163
Costureiras	241	308	582
Trabalhadores em vestuários	2	27	26
Em couros e peles	1	17	14
Em calçados	4	30	31
Em tecidos	0	151	137
Lavradores	4.512	15.205	8.726
Criadores	0	808	1.528

Fonte: Recenseamento Geral do Império (1872). Elaboração própria (2024).

A lavoura concentrava a maior parte da população dos três municípios (27%), englobando livres e escravos de ambos os sexos em todas as paróquias. Neste grupo, estavam desde grandes proprietários até pequenos produtores de gêneros de subsistência ou para comércio nas feiras locais. A pecuária predominava em Brejo (com 1.528 criadores), com presença significativa também em Caruaru (especialmente na paróquia de Altinho, com 46 criadores), enquanto em Bezerros, mais próximo à mata, não foram registrados criadores. Os números confirmam que a pecuária, atividade sertaneja por excelência desde o período colonial, ganhava força conforme se avançava para o interior.

A cadeia produtiva do couro e algodão apresentava distribuição mais equilibrada, com destaque para Caruaru e Brejo. As profissões de transformação (costureiras, trabalhadores em tecidos, em vestuários e em calçados) revelam uma dinâmica econômica vinculada ao processamento dessas matérias-primas. A presença significativa de artistas, manufatureiros e fabricantes (categorias distintas no Censo) reforça esse cenário, em que os artífices e transformadores desempenhavam papel central na economia agrestina, articulando produção rural e comércio regional.

O comércio também atestava o dinamismo regional e seu papel de zona de transição (e de transações), especialmente em Caruaru e Brejo. Os mais de 400 comerciantes em Caruaru indicam o papel da cidade na circulação de mercadorias, sendo provável que muitos



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

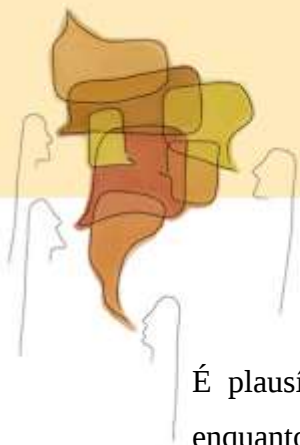
desses profissionais atuassem na famosa feira local. Em síntese, os dados indicam que, de fato, o Agreste funcionava como região de transição econômica entre as atividades rurais do sertão e o comércio e serviços da capital, com relevância também da lavoura, inclusive de subsistência. Dessa forma, o caso do Agreste é parte do que Celso Furtado definiu como “complexo econômico nordestino”, formado a partir de fins do século XVII, caracterizado pela articulação entre os sistemas açucareiro e criatório e sustentando pela abundância de terras no interior e pela agricultura de subsistência.

Por fim, a análise do equilíbrio entre os sexos na população cativa também apresenta pontos de interesse, sobretudo no que se refere à conjuntura de escassez de mão de obra cativa, após a promulgação das leis Eusébio de Queiroz (1851), de proibição do tráfico intercontinental de escravos, e a do Ventre Livre (1871).

No geral, a pesquisa revelou um equilíbrio de sexos de cerca de um para um na maior parte das paróquias, tanto entre livres quanto entre escravizados. Esse equilíbrio reflete características próprias do escravismo sertanejo, onde a presença masculina era menos predominante do que nas grandes lavouras de exportação, como as de cana-de-açúcar. A razão de sexo para todas as paróquias analisadas era de 104, significando 104 homens para cada 100 mulheres. Para efeito de comparação, na Campinas (SP) de 1829, o elemento masculino era preponderante a ponto de a razão de sexo ser de 259 entre os 12 e os 60 anos, e de 644 na faixa etária superior a 60 anos (Teixeira, 2020).

Contudo, em Caruaru, São Caetano, Altinho e Bezerros, havia mais mulheres escravizadas do que homens, diferença que variava entre 20 e 70 indivíduos. Essa preponderância feminina pode ser explicada pelo tráfico interprovincial de escravos para as províncias cafeeiras do Sul. Assim como o tráfico transatlântico, o interno privilegiava indivíduos do sexo masculino. Segundo Evaldo Cabral de Mello (1984, p. 30), “Devido à diferença de produtividade entre o café, de um lado, e o açúcar e o algodão, de outro, o dreno da escravaria nortista para as fazendas do sul era inevitável”, um movimento que seria intensificado justamente na década de 70. Esse fluxo comercial deve ter retirado homens escravizados do Agreste, hipótese reforçada pelo fato de o desequilíbrio ser mais acentuado justamente nas faixas etárias economicamente mais produtivas.

Em Altinho, por exemplo, havia 172 mulheres entre 21 e 40 anos, contra apenas 83 homens na mesma faixa etária; no grupo de 41 a 60 anos, eram 53 mulheres para 34 homens.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

É plausível supor, no entanto, que esse comércio funcionasse como via de mão dupla: enquanto vendiam adultos aptos para o trabalho, os senhores também formavam uma “poupança” de meninos (com idade menor do que 11 anos) para o futuro – sobretudo tendo em vista que, desde 1871, os filhos de escravizados não herdariam a condição de cativos. Em Altinho, os 124 meninos escravizados, frente a 74 meninas, representam uma proporção que dificilmente seria alcançada apenas através do crescimento por vias naturais.

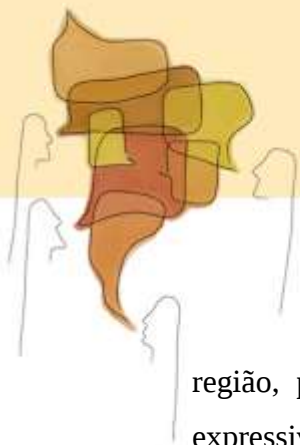
Esse mesmo movimento demográfico parece ter atingido Recife. Na amostra da capital provincial, entre os escravizados de 11 a 60 anos havia 805 homens para 1.495 mulheres. Já entre os menores de 11 anos, a situação se invertia: 122 meninas para 418 meninos. Isso nos leva a questionar: quantos desses meninos não teriam nascido na paróquia, mas sido trazidos de outras regiões por senhores que buscavam constituir uma “reserva” de mão de obra para os anos seguintes? Mal sabiam eles que, 16 anos depois, esses meninos seriam homens livres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo oferece, sob uma perspectiva demográfica, novas abordagens sobre o mundo do trabalho no Agreste pernambucano durante o século XIX, examinando temas como a configuração da escravidão e a dinâmica econômica regional, com ênfase no papel da lavoura, da pecuária, do comércio e da manufatura. Os dados revelam que o Agreste operava como um mosaico de microeconomias, tendo desde paróquias com alta especialização profissional e baixa escravização, como Caruaru, com 62% de habitantes com ofício declarado e 7% de cativos, até casos diversos, como Brejo, com 65% de moradores com ofício e 12% de escravos.

Por meio da análise de dados extraídos de nove paróquias listadas no Recenseamento Geral do Império (1872), buscou-se responder a questões centrais: o que definia o Agreste, quem eram seus habitantes e como garantiam seu sustento. O desequilíbrio de gênero entre cativos em algumas paróquias evidencia os impactos regionais do tráfico interprovincial, revelando estratégias senhoriais (como a “poupança” de meninos escravizados) e contradições de um sistema em declínio.

Contudo, a pesquisa também suscitou novos questionamentos para os quais a fonte consultada não fornece respostas conclusivas. Um deles refere-se à presença de libertos na



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

região, particularmente em paróquias como Quipapá e Panelas, onde se registrava uma expressiva população de pretos livres. Também permanecem em aberto questões sobre a composição dos lavradores livres e suas atividades agrícolas, assim como a presença de escravos em propriedades dedicadas à pecuária, aspectos que fontes complementares, como inventários e registros paroquiais, podem esclarecer. Outro aspecto relevante, ainda pouco explorado, diz respeito aos fluxos concretos do tráfico interprovincial de cativos, especialmente daqueles originários do Agreste. Embora essas lacunas persistam, sua investigação ampliaria significativamente a compreensão deste contexto regional plural, que resiste a categorizações simplistas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A pecuária no agreste pernambucano**. Recife, PE: Faculdade de Ciências Econômicas de Pernambuco, Universidade do Recife, 1961.

BISSIGO, Diego Nunes. A “**eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos**”: a estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. 2014. 203f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123277>. Acesso em: 08 maio 2025.

CARLI, Caetano de. **Seca, sertão, escravidão: impacto da seca de 1877-79 no escravismo sertanejo**. In: ENCONTRO NORDESTINO DE HISTÓRIA, 5., 2004, Recife, PE. **Anais...** São Paulo, SP: ANPUH, 2004. Disponível em: <https://snh2011.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5/13-hist-economica/Artigo%20de%20Caetano%20De%20Carli2.pdf>. Acesso em: 08 maio 2025.

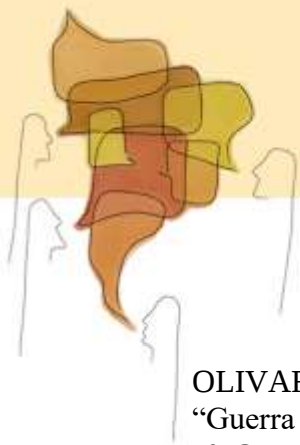
FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, Tiago Cargnin. A urbanização pernambucana na primeira metade do século XIX: as redes político-administrativa, judiciária e eclesiástica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2023, Belém, PA. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ANPUR, 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/08/st06-08.pdf>. Acesso em: 08 maio 2025.

MEDRADO, Joana. **Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o Império: 1871-1889**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1984.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. **Um século de pernambucanos mal contados: estatísticas demográficas nos oitocentos**. 2005. 199f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2005. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/HeitorPintoDeMouraFilho.pdf>. Acesso em: 08 maio 2025.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

OLIVARES, Guillermo de Jesus Palacios. Revoltas camponesas no Brasil escravista: a “Guerra dos Maribondos” (Pernambuco, 1851-1852). **Almanack Braziliense**, São Paulo, SP, nº 3, p. 9-39, 2006. Disponível em: <https://revistas.usp.br/alb/article/view/11631/13400>. Acesso em: 06 maio 2025.

PALLACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil**: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, João Henrique Pereira dos. **Do sertão ao litoral**: a economia algodoeira como elemento integrador da capitania de Pernambuco (1780-1820). 2019. 136f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/44950>. Acesso em: 06 maio 2025.

SANTOS, João Paulo Pedro dos. **Representações do hinterland pernambucano a partir das correspondências publicadas no Diário de Pernambuco**. Jundiaí, SP: Paco, 2021.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras**: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife, PE: Companhia Editorial de Pernambuco – CEPE, 2010.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. A colonização e a economia açucareira em Campinas, 1765 a 1829. **História**, São Paulo, SP, v. 39, 2020.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887. **Estudos Econômicos**, São Paulo, SP, v. 33, n. 2, p. 353-393, 2003.